

Ata nº02/2023 - Aos vinte e seis dias do mês de abril, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Guarapuava, os integrantes do Conselho Municipal de Educação de Guarapuava-CMEG, sob a Presidência do Profº Carlos Marcelo Kaliberda. Participaram desta reunião os(as) conselheiros(as) Débora de Ramos Voitena, que nesta ocasião redigi a presente ata, Tatieli Aparecida Zevirikóski, Rosana Ferreira dos Santos, Dóris Fátima Iastrenski, Adnilson José da Silva, Simone Nogueira Ribas, Marilene Monteiro Carpolato, Josicleia Sovrani Milla, Vilta Inês Quitério de Souza, Marilene Schreiner Ortiz, Ana Lúcia Ferreira, Ana Paula Amaral Anisieski, Elaine Cristina França Oliveira, Annelise Aparecida Chimanske de Oliveira. O presidente iniciou a reunião dando as boas vindas a todos/as e compartilhou a pauta da reunião, a qual destina-se à apreciação de Leitura e aprovação dos Pareceres relacionados aos Processos distribuídos na Reunião de Abertura das atividades deste Conselho; Informações transmitidas Fórum Nacional de Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação realizado pela UNCME/PR e demais itens destacados durante a reunião. O presidente deu início aos trabalhos com a leitura dos pareceres destinados a cada conselheiro seguido de votação. As apresentações deram-se na seguinte sequência: conselheira Dóris Parecer nº 001/2023 que trata da solicitação abertura da classe bilíngue para surdos, em tempo a conselheira justificou que a temática envolve uma discussão ampla e sugeriu que o prazo seja ampliado para a elaboração final do parecer ora mencionado. O presidente observou que é necessário maior detalhamento de dados no processo relacionado para amparar as discussões. Marilene Monteiro mencionou que no Sistema Estadual não existe legislação específica para classes bilíngues, apenas alguns pareceres exarados pelo Conselho Estadual de Educação. Carlos sugeriu que, nesse momento, o município tenha intérpretes para atender os alunos surdos, citou também o caso do Município de São José dos Pinhás que criou uma sala bilíngue, sem legislação específica e que hoje sofre ações do Ministério Público atendendo alunos de outros municípios, em tempo o presidente sugeriu a suspensão até que se faça a instrução adequada. Tatieli observou que a inclusão se dá oportunizando o acesso dos alunos no meio escolar. Elaine observou que os professores concursados para desempenhar a função de professor de 1º ao 5º ano não devem ser direcionados de suas funções de origem para atender como intérprete, caracterizando desvio de função, desmerecendo o profissional para o cargo ao qual foi vinculado e trazendo prejuízos à mantenedora. Adnilson enfatizou que uma discussão como



essa temática depende de maior tempo para discussões observando questões legais, práticas e de RH pensando também na oferta de turmas de libras, sugerindo que o município estabeleça parcerias com a Universidade. A conselheira Débora realizou o relato do Parecer nº 002/2023 que trata da mudança de endereço do CEI Bambini o qual foi dado parecer favorável acompanhado por todos os conselheiros. Conselheiro Carlos, Parecer nº 003/2023 que trata do credenciamento e Autorização de Funcionamento - CMEI Guarapuava, a Carlos realizou um breve relato da tramitação dos documentos, citou a localização da Unidade e observou que não houve alteração do requerimento, sendo os pareceres de vistorias do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária com uma extensa relação de incoerências e adequações a serem realizadas, sugeriu a suspensão do processo até que novo relatório circunstanciado seja realizado, porém com comissão composto pelo Conselho Municipal de Educação, não cabendo a aprovação de autorizações de funcionamentos de unidades que não atendam as especificações dos órgãos responsáveis pelas vistorias. A conselheira Vilta, Parecer nº 005/2023 que trata da validação dia letivo - desabastecimento hídrico, relatou um breve relato sobre os fatos temporais e cronológicos sobre o desabastecimento de água e o calendário dos CMEIS, cabendo voto favorável de todos os conselheiros. A conselheira Rosana realizou o relato do Parecer nº 006/2023 que trata da validação dia letivo - desabastecimento hídrico, apresentou os fatos e deu parecer favorável, seguida de todos os conselheiros. Em tempo Marilene Monteiro enfatizou que essas aprovações devem se deferidas em situações extremas(vendavais, falta de água, alagamentos, etc.), pois nossa legislação precisa ser seguida no que se refere aos 200 dias letivos e 800 horas, mínimo exigido para os anos iniciais, não trazendo prejuízos no aprendizado dos alunos. O conselheiro Carlos apresentou o Parecer nº 007/2023 que trata da autorização APED/SESC, realizou relato breve com parecer favorável acompanhado de todos os conselheiros. A conselheira Tatiele apresentou Parecer nº 010/2023 que trata da mudança nome do Centro Municipal de Educação Vila Bela, que passa a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Dorotil Casagrande Melhem, conforme lei aprovada pela Câmara Municipal, realizou breve relato com parecer favorável acompanhada de todos os conselheiros. A conselheira Onira, ausente, ficou responsável pelo Parecer nº 012/2023 que trata da alteração da data do evento Educashow, o qual será tratado em outro momento. A conselheira Simone, Parecer nº 015/2023 que trata da validação dia letivo - desabastecimento hídrico, realizou breve relato com parecer favorável acompanhada de todos os conselheiros. Na sequência o



presidente apresentou os detalhes de sua participação no Evento UNCME Estadual, realizada no Município de de São José dos Pinhais, evidenciou várias novidades em relação a atuação dos Conselhos a nível federal, estadual e municipal. Enfatizou a importância do Conselho do Município, e que retrocessos não são cabíveis quanto a atuação e a participação por se tratar de uma representatividade de toda a sociedade. Citou rumores sobre um possível retrocesso à integração ao Sistema Estadual, e entende isso como um passo atrás na autonomia e respeito com o integrante do Conselho sobre o trabalho que é realizado de forma transparente e atuante. Dóris enfatizou que encerrar um Conselho é um retrocesso histórico na representação da sociedade. Carlos observou que a lei do conselho permite sede própria e integrantes com disponibilidade em tempo integral para atuação. Sugeriu uma carta conjunta entre os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, CACS Fundeb, Comitê de Transporte Escolar e CMEG para o Secretário de Educação para reivindicar um espaço físico para acomodação do Conselho. Vilita endossou a importância de um espaço físico acompanhado o trabalho de seriedade que é realizado pelos conselhos. Adnilson concordou com todas as falas anteriores em relação a atuação do Conselho e que um espaço físico não deve ser menos necessário que a contratação de Coach para palestra. Carlos seguiu com a pauta, informando a todos que a data do evento estadual do encontro dos conselhos foi transferida para os dias 22 e 23 de agosto, solicitando a participação de todos os conselheiros para organização do evento. Em tempo Marilene Monteiro perguntou como se dará a nova formação do Conselho, visto que 50% dos conselheiros estão encerrando suas gestões. Carlos explicou que não há recondução no cargo, e que a funções vagas serão preenchidas conforme os critérios estabelecidos por lei. Elaine sugeriu uma alteração na lei com a observância na questão da recondução dos cargos. Carlos colocou que a lei do Conselho do FUNDEB entrará em discussão no congresso nacional, com a sugestão da recondução de 30% dos membros, para que as alterações não transcorrem em prejuízos para o andamento para a tramitação dos processos de sua competência. Carlos retomou a questão da solicitação da APAE para repasse mensal de valores em espécie, lembrou os fatos em torno do processo e perguntou quem gostaria de participar da comissão para as tratativas da solicitação e parecer. Ana Paula, colocou-se à disposição para participar, enfatizando as questões que envolvem o transporte. Carlos sugeriu a participação da Conselheira Rosana, por envolver questões do FUNDEB. Elaine citou situações envolvendo barganha de vagas como postura da entidade. Tatiele relatou a lentidão nas avaliações



expedidas pela APAE e a dificuldade em conseguir vagas para os alunos de extrema necessidade encaminhados pela CAEE, e que esse fato não demonstra parceria com o município. Adnilson sugeriu a participação dos conselheiros na comissão para uma ampla discussão dos fatos. Carlos mencionou que o termo de fomento não cabe, pois a APAE já recebe recursos da Infância e Adolescência e Fundo da Assistência Social. Fará parte da Comissão Carlos, Ana Paula, Tatiele e Rosana. Marilene sugeriu verificar como os demais municípios estão fazendo os repasses para a APAE, levando esses dados para discussão. Em tempo coloquei em pauta o envio do memorando eletrônico nº13049/2023, que trata da alteração de data dos conselhos de classe do 1º e 2º trimestre para a Rede Municipal e o memorando eletrônico nº7275/2023, que trata sobre a alteração de data de planejamento. Carlos sugeriu para o conselho realizar uma moção para a prof.ª Elizabete Pacheco durante o Evento do Encontro dos Conselhos Estaduais, tornando-a Presidente Emérita do Conselho considerando sua trajetória frente os primeiros encaminhamentos do conselho, proposta que foi aceita em unanimidade pelos(as) Conselheiros(as) participantes. Nesse momento, o Presidente agradeceu a participação e presença de todas e encerrou a reunião a qual foi registrada ata que será assinada por mim e todos os presentes.

